

JFreitas



Demostenes e Tião Viana ouvem Ozires Silva na CPI do Apagão Aéreo

Tecnologia deve reduzir erros no controle aéreo

O transporte aéreo foi utilizado no ano passado por 2,2 bilhões de pessoas em todo o mundo – 80 milhões apenas no Brasil. Para lidar com um crescimento de 6% a 7%, anualmente, o setor vem investindo na pesquisa de novas tecnologias que reduzam os erros e a participação do ser humano no controle do tráfego aéreo. A análise foi feita, na CPI do Apagão Aéreo, por Ozires Silva, ex-presidente da Embraer e da Varig. Depois de ouvir outros especialistas, o relator da CPI, Demostenes Torres, sugeriu uma auditoria internacional no software de controle de voo utilizado pelo país. **Página 3**

Acordo pode garantir zonas de exportação

Reunião entre Renan Calheiros, Guido Mantega e líderes partidários define a votação da proposta sem modificações. Para contornar pontos de discordância, o presidente Lula deve vetar partes do projeto e, em seguida, editar medida provisória com correções. Objetivo é evitar que zonas de processamento de exportação prejudiquem empresas que produzem e geram emprego no Brasil. **Página 4**



Renan com Mantega e os líderes partidários: entendimentos em torno da proposta que entra em pauta na próxima semana

Pregão para compras de até R\$ 50 milhões

O Plenário do Senado vai examinar o projeto que amplia o uso de pregão eletrônico nas compras governamentais. Ontem, a Comissão de Ciência e Tecnolo-

gia aprovou relatório do senador Romeu Tuma que prevê a possibilidade de uso dessa modalidade de licitação para compras de até R\$ 50 milhões. **Página 3**



Wellington Salgado preside reunião da Comissão de Ciência e Tecnologia que acolhe relatório de Tuma favorável ao projeto

Reforma tributária ampla

O Brasil tem mais chances de realizar uma reforma tributária ampla do que de apenas mudar aspectos da legislação do setor. O ponto de vista foi manifestado ontem à noite por dois participantes de audiência na Subcomissão Temporária da Reforma Tributária: os economistas José Roberto Afonso, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e Samuel de Abreu Pessoa, assessor do senador Tasso Jereissati, presidente da subcomissão. “Avançamos muito nos últimos anos e o próprio governo já aponta na direção de fazer mudança maior, e não mexer apenas no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços [ICMS]”, afirmou Afonso. No entender do economista do BNDES, embora o ICMS seja parte importante do problema, equivale a 20% da arrecadação. Pessoa considerou inconveniente alterar a atual proporção entre impostos diretos, como o sobre a renda, e indiretos, como o ICMS. Para ele, o essencial é simplificar a cobrança do ICMS e reduzir gastos do Estado.

Gerardo Magalhães

Marcos Kalume

Em audiência na CDH, palestrantes defendem empenho da sociedade em prol da integração dos maiores de 60 anos



Perly Cipriano, Paulo Vannuchi, Leomar Quintanilha, Cecília Minayo e Paulo Ramos

Comissão discute formas de combater violência contra idoso

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) realizou ontem reunião que discutiu temas relativos ao Dia Mundial de Combate à Violência contra o Idoso, a ser celebrado em 15 de junho. Os palestrantes defenderam empenho de toda a sociedade, em especial dos Poderes Executivo e Legislativo, para que os idosos consigam uma verdadeira integração social que priorize a qualidade de vida e a dignidade.

Na reunião, presidida por Leomar Quintanilha (PMDB-TO), o ministro Paulo Vannuchi, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH), afirmou que as legislações nacional e internacional sobre os direitos dos idosos são bem elaboradas, o problema está na efetiva prática.

A pesquisadora da Fundação Fiocruz Maria Cecília Minayo informou que 16.789 idosos morreram em 2004 vítimas de acidentes (principalmente no

trânsito) e violência.

O presidente do Conselho Nacional do Idoso, Paulo Roberto Ramos, disse que a maior violência contra os idosos é a pobreza.

Já Perly Cipriano, secretário de Promoção dos Direitos Humanos da SEDH, destacou que os idosos são a faixa de população que mais cresce.

Marta Maria Alves, coordenadora do Programa de Prevenção à Violência do Ministério da Saúde, afirmou que a maioria das agressões contra pessoas idosas no Brasil são praticadas por parentes e dentro das residências.

Também participaram do evento a representante da Associação Internacional de Geriatria e Gerontologia, Laura Machado; Emídio Rebelo Filho, da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas; e o coordenador da área de Saúde do Idoso do Ministério da Saúde, José Luiz Telles.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Senado recebe a presidente da Letônia

A sessão deliberativa tem início às 14h. A pauta está trancada por seis medidas provisórias. Às 15h,

o presidente do Senado, Renan Calheiros, recebe a presidente da Letônia, Vaira Vike-Freiberga, que

participa das comemorações do primeiro centenário da imigração letã na América do Sul.

CCT abre ciclo de debates sobre audiovisual

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) realiza hoje, a partir das 9h, o primeiro debate de um ciclo de quatro audiências públicas sobre o conteúdo audiovisual

em tempos de convergência das diversas tecnologias de comunicação. Nessa primeira reunião serão discutidas as questões relativas às atividades do setor no país.



Água mais barata para propriedade rural que prestar serviços ambientais

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) reúne-se às 11h para votar projeto que estabelece retribuição por serviços

ambientais aos proprietários rurais que adotem medidas por maior quantidade e qualidade de água nas bacias hidrográficas. Também

deverá ser votado requerimento de convite ao ministro da Fazenda, Guido Mantega, para participar de debate sobre endividamento rural.

Conselho de Ética decide sobre representação contra Renan

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar deve se reunir a partir das 13h para decidir os próximos passos que serão tomados no an-

damento da representação sobre denúncias contra o presidente do Senado, Renan Calheiros. O anúncio da reunião foi feito pelo presidente

do conselho, senador Sibá Machado (PT-AC), após ter se encontrado com o relator da representação, Eptácio Cafeteira (PTB-MA).



CAS avalia plano contra o trabalho infantil

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) realiza, às 11h, audiência pública para avaliar o Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente. Às 14h30, reúne-se a Comissão Mista de Orçamento (CMO).

Secretários discutem arrecadação

O líder do PMDB no Senado, Valdir Raupp (RO), reúne-se às 15h com os secretários de Fazenda dos cinco estados de maior arrecadação tributária do país,

para discutir uma solução para as dívidas vencidas de estados e municípios com precatórios, calculadas em R\$ 120 bilhões.

Livro sobre Jânio Quadros

O livro *Desafio inacabado: A política externa de Jânio Quadros*, de autoria do embaixador Carlos Alberto Leite Barbosa, será lançado às 19h, na Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho.

CCJ analisa indicações para conselhos

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) reúne-se às 11h30 para analisar 12 indicações para o Conselho Nacional de Justiça e outras 12 indicações para o Conselho Nacional do Ministério Público.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
 1º Vice-Presidente: Tião Viana
 2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
 1º Secretário: Efraim Morais
 2º Secretário: Gerson Camata
 3º Secretário: César Borges
 4º Secretário: Magno Malta
 Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia
 Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Weiller Diniz
 Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
 Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
 Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck
 Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva
 Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes
 Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
 Arte: Cirilo Quartim e Bruno Bazílio
 Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
 Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
 Chefia de reportagem: Denise Costa, Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670
 Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151
 O noticiário do Jornal do Senado é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações
 Site: www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br
 Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Tião Viana, Gerson Camata, Marco Maciel, Papaléo Paes, Romeu Tuma, Augusto Botelho e Flexa Ribeiro



Audiência na CPI reúne Cláudio Carvas (E), Demostenes Torres, Tião Viana, Rubens Teixeira Alves e Jéferson Vaz de Oliveira

Ozires sugere medidas contra apagão aéreo

O número de passageiros de transportes aéreos foi no ano passado de 2,2 bilhões de pessoas em todo o mundo, 80 milhões só no Brasil. Esse número cresce de 6% a 7% anualmente, sendo que no Brasil e na Ásia essa taxa ainda é maior. Para lidar com um aumento tão expressivo de demanda de vôos, o setor vem investindo em pesquisas de novas tecnologias que diminuam a participação do ser humano no controle de tráfego aéreo. Essas informações foram prestadas pelo ex-presidente da Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer) e da Varig e ex-ministro de Infra-Estrutura e Transportes, Ozires Silva, durante a reunião de ontem da CPI do Apagão Aéreo. A audiência teve como objetivo debater a qualidade e a segurança do controle do espaço aéreo no Brasil.

—O ser humano não será capaz, sem a automação do sistema, de controlar com segurança o tráfego aéreo. Nossa capacidade é limitada e vai ser superada pela avalanche do tráfego aéreo — afirmou Ozires Silva.

Além da redução da participa-

ção humana no controle de vôo, outra tendência no setor é promover a construção de aeroportos secundários. Se isso não for feito, acredita Ozires Silva, “o colapso virá”. O ex-ministro destacou que o tráfego aéreo comercial hoje no Brasil atende apenas a 130 cidades, de um total de mais de 5 mil municípios.

A construção de mais aeroportos em um maior número de cidades, disse Ozires Silva, também está relacionada à tendência de haver cada vez mais vôos comerciais feitos com aviões menores. O especialista ressaltou que já existem dois aeroportos privatizados no Brasil — em Macaé (RJ) e Porto Seguro (BA) — e que ambos funcionam bem.

O especialista defendeu a “desregulamentação” do sistema de transporte aéreo nacional, a fim de permitir o crescimento do setor. O relator da CPI, senador Demostenes Torres (DEM-GO), pediu uma lista de sugestões de desregulamentação, que Ozires Silva prometeu fornecer à CPI.

Risco

Ozires Silva elogiou ainda a capacidade da Aeronáutica bra-

sileira de organizar o controle de tráfego aéreo nacional e responder pelo setor.

Mas o especialista reconheceu, quando questionado pelo presidente da CPI, Tião Viana (PT-AC), que existe o risco de o sistema de tráfego aéreo nacional ser rebaixado de classe por organismos internacionais. Ele destacou que um eventual rebaixamento seria resultado de “uma percepção” de órgãos reguladores norte-americanos influenciados pelos problemas que vêm ocorrendo nos aeroportos, e que, mesmo que não tenha base em riscos reais, representaria prejuízos enormes para a aviação nacional.

Segundo Ozires, a movimentação por aumento de salário é feita por uma pequena minoria de controladores de vôo. Em resposta a Eduardo Suplicy (PT-SP), que declarou ter enfrentado recentemente atrasos de vôos, Ozires disse que essa situação é decorrente de um conjunto de problemas, entre eles congestionamento nos aeroportos, crescimento da demanda por passagens maior que a oferta e problemas no controle de tráfego aéreo.

Vai ao exame do Plenário projeto que visa dar maior transparência às compras do governo

CCT autoriza pregão em licitações de até R\$ 50 milhões

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) aprovou ontem voto favorável do relator, senador Romeu Tuma (DEM-SP) ao projeto de lei de iniciativa do Executivo que altera a Lei de Licitações para ampliar o uso do pregão eletrônico nas compras do governo. O projeto vai agora a votação no Plenário do Senado.

A proposta (PLC 32/07) recebeu 69 emendas, mas apenas três foram acolhidas pelo relator, que deu destaque especial à emenda apresentada pelo senador Francisco Dornelles (PP-RJ). Essa emenda foi alterada momentos antes da votação na CCT e estabeleceu a obrigatoriedade de publicação dos avisos de licitação em jornais de grande circulação sempre que o valor do contrato seja superior a seis vezes o previsto para a modalidade “convite”, além da publicação na internet através dos sites oficiais da administração pública. Também ficou estabelecida a exigência de publicação no Diário Oficial de aviso de licitação mesmo nos casos de “convite”.

—Entendemos que a divulgação pela rede de computadores não

substitui o alcance e a segurança que tem a mídia impressa — explicou o relator.

Romeu Tuma ainda destacou a exigência de garantias à execução do contrato, para evitar que empresas adotem “condutas temerárias” ao assumirem contratos que não poderão honrar. Ele acrescentou limites nos aditivos contratuais de 10% para os contratos de obras novas, de 25% para reformas em edifícios e equipamentos e de 5% para compras e demais serviços. O senador argumentou que a falta de limites para os aditivos fornece “uma ampla abertura à corrupção”.

Outro limite ampliado pelo relator foi o valor máximo para licitações através de pregão eletrônico, que agora é de R\$ 50 milhões, equivalente a 15 vezes o valor de referência para a modalidade de licitação “concorrência”. Tuma lembrou que foi o responsável pela implantação do sistema no Senado, quando ocupou o cargo de 1º secretário da Mesa, afirmando que o pregão eletrônico é um instrumento muito eficiente no combate à corrupção, por dificultar o conluio entre licitantes.

Sibá festeja salário mínimo equivalente a 200 dólares

O senador Sibá Machado (PT-AC) comemorou da tribuna o fato de o salário mínimo no Brasil ter atingido, na semana passada, o equivalente a US\$ 200, quando o real foi negociado por apenas US\$ 1,90. Sibá lembrou a luta das últimas décadas dos sindicatos para que o salário mínimo chegasse a pelo menos US\$ 100 e leu trechos de notícia da revista IstoÉ desta semana, sob o título “Salário mínimo virou máximo”.

Em dólares, observou o senador, o menor salário legal do brasileiro já se aproxima do mínimo praticado pelo Chile em 2003 (US\$ 250) e da Venezuela (US\$ 286). O mais importante, continuou, é a informação de que, pela primeira vez, o salário mínimo é suficiente para comprar duas cestas básicas no Distrito Federal.



Sibá ressalta que mínimo já pode comprar duas cestas básicas no DF

Sibá Machado destacou que cerca de 44 milhões de pessoas recebem o salário mínimo no Brasil.

O senador ponderou que, além dos aumentos que dobraram o valor real do salário mínimo nos últimos dez anos, o importante é o controle da inflação, porque ela corrói o poder de compra.

Especialista admite a existência de pontos cegos

Cláudio Carvas, diretor da Atech – Tecnologias Críticas, empresa responsável pelo software de controle de vôo usado no Brasil, sugeriu a possibilidade de que alguns dos problemas atribuídos pelos controladores de vôo ao software sejam originados por falhas nos sensores de radares.

De acordo com Cláudio Carvas, más condições meteorológicas e até mesmo tetos metálicos de galpões podem produzir nas telas de monitoramento informações de pistas duplicadas, ou seja, de duplicação de aeronaves. O especialista admitiu a hipótese da existência de pontos cegos na cobertura de radar do território nacional e manifestou-se favoravelmente à implantação no país de um sistema de controle do tráfego aéreo via satélite.

Na mesma reunião da CPI, o consultor de aviação Rubens Teixeira Alves defendeu a privatização de aeroportos industriais brasileiros. Já o comandante Jéferson Vaz de Oliveira protestou contra prejuízos sofridos pelas empresas de táxi aéreo devido a gasto excessivo de combustível em função dos congestionamentos nos aeroportos.

Demostenes defende auditoria em software

Em entrevista à imprensa após o encerramento da reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, o relator, senador Demostenes Torres, defendeu a necessidade de auditoria internacional no software de controle de vôo utilizado no país. O programa em uso pelo sistema de controle do espaço aéreo foi desenvolvido pela empresa nacional Atech – Tecnologias Críticas.

Demostenes justificou a contratação de auditoria internacional em virtude de o diretor da Atech ter atribuído algumas falhas do software — como duplicação de pistas e sinais fantasmas — a falhas de sensores de radar e não ao programa de computador.

— Não tivemos nenhuma contestação acerca deste sistema [de controle de tráfego aéreo] a não ser pelos próprios controladores de vôo. Mas ainda assim vamos solicitar que a Aeronáutica contrate uma auditoria independente para dizer se o sistema é bom ou não. A auditoria tem que ser internacional porque só a Atech, que desenvolveu o sistema, tem capacidade no Brasil para fazer a sua avaliação — afirmou Demostenes.



Ação do movimento "ultrapassa limites da lei", afirma César Borges

César Borges condena invasões do MST na Bahia

César Borges (DEM-BA) condenou as invasões do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) a propriedades produtivas na Bahia e exigiu do governo estadual o cumprimento de mandados de reintegração de posse. Conforme informou, o MST invade sob a justificativa de que o governo federal não cumpriu a promessa de assentar 380 mil famílias.

O senador afirmou que não é contra a reforma agrária, mas ponderou que as invasões do MST "ultrapassam os limites da lei e da ordem".



Camata pede mais recursos para pesquisas e apoio aos produtores

Camata defende incentivos à cafeicultura

Ao informar que o Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural promove, na sexta-feira, um seminário sobre a situação da cafeicultura brasileira, Gerson Camata (PMDB-ES) defendeu a união de esforços em defesa do setor. O senador pediu a liberação de recursos para a pesquisa, estímulos à exportação e melhores condições para os produtores.

– O Brasil continua precisando de uma política específica de incentivo à cafeicultura – frisou.

Entendimento prevê a aprovação sem modificações da proposta que cria zonas de processamento de exportações, com o veto de alguns itens pelo presidente Lula

Acordo permitirá votar na próxima semana projeto de criação das ZPEs

Governo e oposição chegaram a um acordo para votar o projeto que cria as chamadas zonas de processamento de exportações (ZPEs). O entendimento foi celebrado ontem em reunião entre o ministro da Fazenda, Guido Mantega, o presidente do Senado, Renan Calheiros, e os líderes partidários. A proposta deve ser votada sem modificações, mas pode ter alguns itens vetados pelo presidente Lula.

– O caminho é vetar os dispositivos sobre os quais não haja acordo e o governo editar uma medida provisória fazendo as correções para que as ZPEs possam gerar exportação, mas sem prejudicar a produção nacional – explicou o senador Aloizio Mercadante (PT-SP).

Conforme as previsões de Mercadante, o projeto (PLS 146/96) deve entrar em pauta na próxima semana, o que foi corroborado pelo senador José Agripino (DEM-RN). A proposição esteve na agenda da reunião de ontem da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), mas não foi votada por divergências entre o relator da matéria, Tasso Jereissati (PSDB-CE), e Mercadante. Pontos como incentivo fiscal às ZPEs, que devem ser bene-

ficiadas por suspensão tributária, e não isenção, como consta no texto atual, e a compatibilização com outros programas e incentivos já existentes deverão ser solucionados.

Mantega informou que haverá a criação de uma comissão constituída por membros do Legislativo e do Executivo para julgar a oportunidade de implantação das ZPEs em determinados locais, uma vez que elas devem estimular as regiões menos desenvolvidas.

A proposição, originária do Senado, foi acolhida na Câmara e voltou para exame dos senadores por ter recebido emendas. Após aprovada, segue para sanção presidencial.

Expectativas

Romero Jucá (PMDB-RR), Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Jayme Campos (DEM-MT) saudaram o acordo para a criação das ZPEs. Para eles, o projeto

beneficiado.

Jayme Campos salientou que luta pelo projeto das ZPEs desde a época em que foi governador de Mato Grosso e que a iniciativa fortalecerá a região de Cáceres, às margens do rio Paraguai.

Emenda 3

Após reunião sobre as ZPEs, o ministro Guido Mantega anunciou que uma comissão está trabalhando na redação de projeto de consenso sobre a Emenda 3, "a ser apresentado em 48 horas". O dispositivo foi vetado em março pelo presidente Lula, no projeto que criou a Super-Receita, a unificação das receitas Federal e Previdenciária.

O ministro ressaltou que o governo busca impedir que haja precarização das relações de trabalho, mas, ao mesmo tempo, tornar legítimas determinadas condições de trabalho.



Ao lado de Mantega, Renan (C) coordena reunião com líderes partidários do Senado



Estado deve buscar produção com preservação ambiental, diz Gilvam

Gilvam cobra ajuda à população nativa do Amapá

A inserção de populações nativas do Amapá em projetos governamentais de biodiversidade foi defendida ontem por Gilvam Borges (PMDB-AP). Conforme o senador, em razão de grande parte do território do estado (78%) ser comprometido por reservas de preservação, trabalhadores índios e ribeirinhos são excluídos do processo produtivo, "o que aumenta a pobreza na região".

O Amapá, disse, tem o menor índice de desmatamento, o que permite liberar áreas para produção, sem ferir a natureza.



Dia Internacional contra Trabalho Infantil foi lembrado por Roriz

Roriz elogia apoio à negociação de crédito de carbono

O senador Joaquim Roriz (PMDB-DF) elogiou o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) pela iniciativa de liberar R\$ 200 milhões para financiamento de projetos de empresas interessadas em negociar créditos de carbono.

Em seu pronunciamento, o parlamentar ainda parabenizou as pessoas que atuam para a erradicação do trabalho infantil no país. Roriz lembrou a passagem, ontem, do Dia Internacional de Luta contra o Trabalho Infantil.

Cristovam quer Congresso mais perto do povo

Mais que a "escândalos visíveis", o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) atribui a "escândalos invisíveis" o agravamento do processo de desmoralização do Congresso perante a sociedade. Cristovam destacou o "divórcio" entre a agenda do Congresso e a pauta de reivindicações do povo; a irrelevância do Congresso diante da pressão das medidas provisórias; e a falta

de uma causa a unir os parlamentares em um grande debate nacional.

– A grande causa que nos uniria seria o Brasil garantir a mesma oportunidade na vida a cada brasileiro – afirmou.

O alcance dessa meta seria possível, disse, com a adoção de uma política de desenvolvimento sustentável e a promoção de uma revolução no processo educacional.

Mozarildo resalta importância de Roraima

O comentário feito pelo jornalista Roberto Pompeu de Toledo, no ensaio intitulado "O arquiteto da fila", de que Roraima é um estado desimportante foi classificado por Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) como uma ofensa aos habitantes do local. O senador disse não aceitar a afirmação do ensaísta de que o estado é pobre e sem oferta de oportunidades. O texto foi publi-

cado pela revista Veja.

– Roraima é um estado pequeno até porque é impedido de explorar suas próprias riquezas pelo governo federal. Temos, talvez, as maiores riquezas minerais do país, mas elas estão localizadas em áreas que foram consideradas reservas ecológicas ou indígenas. Temos grande importância geopolítica para o Brasil – afirmou Mozarildo.



Cristovam: todos os brasileiros devem ter oportunidades iguais



Mozarildo condena jornalista por artigo ofensivo aos roraimenses

Adiado projeto que prioriza precatórios

Ficou para a próxima semana o exame de proposta que garante preferência aos pagamentos de precatórios alimentícios – caso de salários, pensões, benefícios previdenciários e indenizações por morte ou invalidez determinados por sentença judicial – em relação às despesas com publicidade oficial (da União, estados e municípios). O adiamento ocorreu em razão de pedido de vista coletiva.

O projeto (PLS 262/05-Complementar), de autoria de Marcelo Crivella (PRB-RJ), veda o empenho, a liquidação e o pagamento de despesa com publicidade (fase da liberação da despesa) em valor superior ao destinado a precatório alimentício que não tenha sido pago até o encerramento do exercício seguinte ao do ano em que foi incluído no Orçamento. O relator ad hoc (substituto), Arthur Virgílio (PSDB-AM), leu o relatório elaborado por Romeu Tuma (DEM-SP), favorável à matéria.

Novo fundo de desenvolvimento é tema de audiência

O secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, foi convidado a participar, amanhã, de audiência pública conjunta da Subcomissão Temporária da Reforma Tributária e da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) para discutir a criação de um novo fundo de desenvolvimento regional. Também devem ser abordadas outras questões relacionadas ao tema, como a reforma tributária e a guerra fiscal entre os estados.

O requerimento para a realização do debate foi apresentado por Tasso Jereissati (PSDB-CE), presidente da subcomissão, que é vinculada à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Jereissati destaca que Bernard Appy mencionou uma proposta de reforma tributária com enfoque no desenvolvimento regional e na guerra fiscal.

Comissão acolhe projeto que proíbe financiamento por parte de instituições públicas a quem empregar menor de 18 anos em trabalhos perigosos e menor de 16 em qualquer atividade

Aprovadas sanções a empresa que utilizar mão-de-obra infantil

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem, em decisão terminativa, projeto de lei que visa desestimular o emprego de menores de 18 anos em trabalhos perigosos, insalubres ou noturnos e de menores de 16 anos sob qualquer circunstância, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos. A proposta (PLS 99/03) estabelece que as empresas que incorrerem nessas práticas não receberão financiamentos, isenções ou qualquer outro benefício financeiro – como a renegociação de dívidas – das instituições públicas de fomento econômico e de estímulo à produção agrícola ou industrial.



Na reunião da CAE, Aloizio Mercadante (E), Romero Jucá, Arthur Virgílio e Flexa Ribeiro

A matéria, de autoria de Gerson Camata (PMDB-ES), já havia recebido voto favorável de Patrícia Saboya (PSB-CE). Por estar ausente na reunião de ontem, Patrícia Saboya foi substituída por Serys Shlessarenko (PT-MT), que confirmou o parecer favorável.

Segundo informa Gerson Camata,

termina que os recursos públicos não devem financiar qualquer atividade econômica que empregue mão-de-obra infantil.

Em seu relatório, Patrícia Saboya afirma que “surpreendente é o fato de que sanções semelhantes já não estivessem vigorando”.

Serys alerta para a exploração de crianças no campo

No Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil, a senadora Serys Shlessarenko (PT-MT) alertou ontem para a permanência da utilização de crianças e adolescentes em trabalhos agrícolas no país. Para Serys, é preciso fazer com que a população abandone essa prática, tida como comum e necessária.

A senadora citou dados do IBGE mostrando que no Brasil cerca de 1,5



Serys: 1,5 milhão de crianças e adolescentes trabalham no campo

milhão de crianças e adolescentes são explorados no campo. Serys elogiou campanhas educativas que começam a ser veiculadas por órgãos como os ministérios da Cultura e do Desenvolvimento Social, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil.

Serys também relatou a partici-

pação de parlamentares brasileiros na reunião do G-8 + 5, em Berlim, no início do mês. O grupo reúne os líderes dos países do G-8 (Canadá, França, Alemanha, Itália, Japão, Rússia, o Reino Unido e os Estados Unidos) mais os líderes dos países de economia emergente (Brasil, China, Índia, México e África do Sul).

Os representantes discutiram como aliar a preservação do meio ambiente com a sustentabilidade e o combate à miséria nos países pobres. Na avaliação de Serys, que liderou a delegação, o Brasil teve participação efetiva nos debates.

Lúcia Vânia: trabalho infantil cresce no governo Lula

Lúcia Vânia (PSDB-GO) apontou ontem um retrocesso no combate ao trabalho infantil durante o governo Lula. Para ela, a passagem dos recursos do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), do governo Fernando Henrique (PSDB), para o Bolsa Família (os programas foram integrados em 2005) alterou a concepção original da proposta e, como resultado, o número de crianças e adolescentes explorados voltou a crescer.

Segundo a senadora, isso aconteceu porque as crianças que faziam parte do Peti e foram absorvidas pelo Bolsa

Família deixaram de frequentar a jornada ampliada, sistema pelo qual passavam as manhãs em sala de aula e as tardes envolvidas em atividades de esporte, lazer e cultura.

– Entre os anos de 1992 e 2003, a quantidade de crianças e adolescentes trabalhando sofreu uma redução da ordem de 41%. As projeções, infelizmente, revelam que, a partir do governo Lula, o trabalho infantil



Lúcia Vânia lembra que 3 milhões de menores trabalham no país

voltou a crescer, comprometendo as Metas do Milênio da Organização das Nações Unidas (ONU), das quais o Brasil é signatário, de erradicar o trabalho infantil até o ano de 2015 – disse Lúcia Vânia.

A senadora informou que, de acordo com pesquisa do IBGE, cerca de 3 milhões de crianças e adolescentes até 16 anos trabalham no Brasil.

CAE acolhe relatórios sobre emissão de títulos

Foram aprovados ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos três relatórios do Ministério da Fazenda que tratam da emissão de títulos públicos no exterior entre o último trimestre de 2006 e o primeiro trimestre deste ano, no valor conjunto de US\$ 3,72 bilhões. Eles abrangem também a recompra de papéis, ao longo de todo o ano passado, que haviam sido lançados anteriormente no mercado externo, no montante de US\$ 7,1 bilhões.

De acordo com esses documentos, o Tesouro Nacional lançou, em novembro do ano passado, um novo título: o bônus global 2017, com vencimento em dez anos, em uma emissão de US\$ 1,5 bilhão. Também lançou, em fevereiro deste ano, o bônus global 2028, com vencimento no início de 2028, em uma emissão de aproximadamente US\$ 714,71 milhões.

Além disso, o governo também fez, entre outubro e dezembro do ano passado, “reaberturas” de títulos já existentes: foram duas emissões do BRL 2022, no valor total de US\$ 646,8 milhões. Já no início deste ano, fez duas “reaberturas”: em janeiro, houve uma emissão de US\$ 500 milhões do bônus global 2037; e, em março passado, emitiu US\$ 360,75 milhões com o BRL 2028.

Recompra

Quanto à recompra de títulos que o governo havia lançado anteriormente, o senador Neuto do Conto (PMDB-SC), relator dessas matérias na CAE, afirma que elas totalizaram, no ano passado, US\$ 7,1 bilhões em valor financeiro (US\$ 6,1 bilhões em valor de face), “o que significou a retirada do mercado de cerca de um terço do estoque dos ‘globais’ e de 15% dos títulos denominados em euro, com vencimentos entre 2007 e 2012”. Também estavam entre esses papéis os chamados “samurais” e os bradises.

Relatórios como esses são enviados periodicamente pelo Ministério da Fazenda ao Senado, conforme resolução da Casa.

Os 80 anos de Brennand, artista plástico

O senador Marco Maciel (DEM-PE) registrou o transcurso, no dia 11 de junho, dos 80 anos do artista plástico pernambucano Francisco Brennand, um dos mais renomados pintores, escultores e ceramistas brasileiros. Maciel encaminhou requerimento de voto de aplauso ao artista – subscrito por vários outros senadores – pela importância da obra de Brennand para a difusão internacional da cultura brasileira.

Crivella lamenta falecimento de Geraldo Di Biase

Marcelo Crivella (PRB-RJ) apresentou ontem voto de pesar pelo falecimento, na última sexta-feira, aos 93 anos, em Barra do Pirai (RJ), do professor Geraldo Di Biase. O senador destacou que Di Biase foi deputado estadual por seis mandatos e autor da Lei dos 25 Anos, que deu direito à aposentadoria dos professores após 25 anos de trabalho, além de idealizador da Fundação Educacional Rosemar Pimentel.

Pesar pela morte da mãe de Almeida Lima

Os senadores manifestaram pesar pela morte de Berila Lima, mãe de Almeida Lima (PMDB-SE), ocorrida no domingo, em Aracaju. Foi aprovado requerimento, assinado por Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Arthur Virgílio (PSDB-AM), José Agripino (DEM-RN), Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), Maria do Carmo Alves (DEM-SE) e outros senadores, para o envio de condolências à família em nome da Casa.

Em decisão terminativa, Comissão de Educação acata proposta de Cristovam que tem por meta reforçar a formação técnica, científica e intelectual dos docentes da rede pública

Aprovado projeto que recria o programa Biblioteca do Professor

A Comissão de Educação (CE) aprovou ontem, em decisão terminativa, projeto de lei do senador Cristovam Buarque (PDT-DF) que retoma o programa Biblioteca do Professor, instituído em 2003 e que durou até 2004 – período em que Cristovam era ministro da Educação. O programa

tem por meta reforçar a formação técnica, científica e intelectual dos professores da rede pública de educação básica.

De acordo com o projeto (PLS 186/07), cada professor terá acesso, anualmente, a dois livros considerados vitais para a sua formação – os quais serão de uso, guarda e propriedade dos próprios professores. As despesas serão custeadas pelo Programa Nacional do Livro Didático.

Flávio Arns (PT-PR) apresentou emenda de redação determinando que o programa seja estendido a todos os professores da rede pública da educação básica. O projeto original estabelecia que os beneficiados seriam os professores do ensino pré-escolar,

fundamental e médio. O relator foi Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC).

A CE aprovou também projeto (PLS 143/07) de Paulo Paim (PT-RS) que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Porto Alegre, com sede na região da Restinga – uma das áreas mais pobres do estado. Paim disse que a escola ficará sob a gestão da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e que irá fomentar o crescimento econômico da região. O relator, Sérgio Zambiasi (PTB-RS), informou que a escola de ensino profissionalizante de nível médio formará técnicos nos setores industrial, de serviços e agropecuário.

Na mesma reunião, a CE rejeitou o

(PSB-ES), argumentou que a lei e a própria Constituição já garantem a recepção de alunos com deficiência.

Rodovia

A comissão aprovou ainda substitutivo de Neuto de Conto (PMDB-SC) a projeto do senador Geraldo Mesquita Júnior que dá a denominação de Euclides da Cunha ao trecho acreano da rodovia BR-364. Será mantido o nome do presidente Juscelino Kubitschek para o restante da rodovia, de acordo com o substitutivo. Ao justificar seu projeto, Mesquita Júnior ressaltou o papel de Euclides da Cunha (autor de Os Sertões) como chefe da missão Brasil-Peru na definição das fronteiras entre os dois países.



Cristovam (E) preside reunião da CE que acolheu proposta de sua autoria

PLS 300/06, de Serys Slhessarenko (PT-MT), que objetivava punir as escolas das redes pública e privada que se negassem a matricular alunos com deficiência, incluindo a suspensão do credenciamento para o estabelecimento de ensino. O relator, Renato Casagrande

Suplicy sugere ao PT consulta sobre voto em lista fechada

Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que, apesar de ter estudado os argumentos expostos sobre o voto em lista fechada, ainda não está convencido de que ele seja mais democrático do que o voto direto no candidato e no partido.

O senador sugeriu à Executiva Nacional do PT – que se reúne hoje para decidir se fecha questão em torno do assunto – que faça uma ampla consulta aos filiados e aos eleitores em geral.

– Um partido que lutou pelas eleições diretas, pelo fim dos senadores biônicos, que é favorável à eleição direta para suplentes de senador, que é o único a realizar eleição entre os filiados para a escolha dos seus dirigentes, assim como a promover prévias para indicação de seus candidatos a cargos majoritários, tem a obrigação e o compromisso ético de consultar os eleitores antes de tomar essa importante decisão – assinalou.

Em aparte, Sibá Machado (PT-AC) disse que já estava convencido sobre a necessidade da lista fechada, mas que ficou “desestabilizado” após argumentação de Suplicy em reunião da bancada de 12 senadores do PT, ontem pela manhã. Já Fernando Collor (PTB-AL) frisou que o voto em lista fechada vai fortalecer os partidos e melhorar a qualidade da representação popular no Parlamento.



Eduardo Suplicy

Dornelles: não se pode retirar do eleitor o direito de escolha

O senador Francisco Dornelles (PP-RJ) manifestou-se contra o voto em listas partidárias, que está sendo discutido pela Câmara. Esse sistema prevê que cada partido, antes das eleições, apresente os candidatos em uma ordem predeterminada. Já os eleitores, em vez de votar nos candidatos, votam nos partidos, que elegem os primeiros nomes da lista, proporcionalmente aos votos que obtiverem.

Para Dornelles, que falou como líder do PP no Senado, não se pode – sob a alegação de reforçar os partidos – retirar o direito do eleitor de escolher o seu candidato. O correto, em sua opinião, é o país caminhar em direção ao voto distrital, ainda que misto, sendo 1/4 pelo sistema proporcional. Para que os partidos tenham tempo de se adaptar ao voto distrital, sugeriu que este seja adotado a partir de 2014, para que haja oportunidade de se delimitar os distritos, tarefa que considerou complexa.

O senador pronunciou-se também contra o financiamento público de campanhas políticas, para ele incapaz de eliminar o caixa dois (contabilidade paralela). Ele argumenta que, no sistema atual, os financiadores podem escolher para que partido ou candidato destinar os recursos. No sistema público, contribuirão compulsoriamente por meio de impostos.



Francisco Dornelles

Ideli destaca público recorde de parada gay

O fato de a 11ª Parada Gay de São Paulo ter reunido cerca de 3,5 milhões de pessoas no último domingo é, segundo Ideli Salvatti (PT-SC), motivo de orgulho para ela, que integra a Frente Parlamentar pela Livre Orientação Sexual.

A senadora disse que o evento teve caráter mais amplo que a defesa da opção sexual, sendo também uma parada pela paz e contra a violência, o racismo e o machismo.

Rosalba lembra resistência a Lampião

Na data de hoje o município de Mossoró (RN) celebra os 80 anos de resistência ao bando de Lampião, o mais famoso cangaceiro da história do Brasil, segundo lembrou ontem Rosalba Ciarlini (DEM-RN).

– Trata-se de um marco da cidade no resgate de sua história e cultura – disse a senadora, acrescentando que o evento está integrado ao calendário de festejos juninos do município.

Mudanças na Constituição estadual de MT

A decisão da Assembleia Legislativa de Mato Grosso de criar comissão especial para adequar a Constituição estadual às 53 emendas à Constituição federal já promulgadas pelo Congresso foi elogiada por Jayme Campos (DEM-MT).

– Mato Grosso se destaca como um dos primeiros estados da Federação a se dedicar a este trabalho, o que nos leva a revitalizar o princípio federativo – afirmou o senador.



Segundo Paim, 60 fábricas de calçados foram fechadas em 2005

Paulo Paim: calçados da China já eliminaram 50 mil empregos no Brasil

Em nome de trabalhadores de indústrias de calçados, de móveis e de tecelagem, o senador Paulo Paim (PT-RS) fez ontem um veemente apelo ao governo para que examine a situação das indústrias de todo o país, que enfrentam "uma das maiores crises de sua existência" por causa da entrada de produtos baratos da China.

Paim disse que já foram elimina-

dos no Brasil 25 mil empregos de carteira assinada na área calçadista e outros 25 mil indiretos, pois as fábricas vêm fechando unidades inteiras de produção. Em 2005, 60 fábricas de calçados foram fechadas ou extintas no país, com a demissão de 5 mil trabalhadores em Franca (SP) e 18 mil no Vale do Rio dos Sinos (RS).

O golpe final, continuou o se-

nador, vem sendo dado pelo dólar desvalorizado frente ao real. Ele acrescentou que os empresários sustentam ser impossível competir no mundo com os produtos da China. Em 2005, o Brasil importou 13 milhões de pares de sapatos da Ásia, fabricados por empregados de baixos salários e sem direitos trabalhistas mínimos.

Segundo Paim, o Grupo Reichert,

do Rio Grande do Sul, deve desativar 20 unidades em 11 municípios. Como estratégia de sobrevivência, muitas empresas estão transferindo suas unidades para a Ásia e a Argentina. Na Ásia, além de salários mais baixos, não enfrentam a carga tributária brasileira. Na Argentina, os tributos sobre os calçados mal chegam à metade comparando-se com o Brasil.

Especialista defende redução do desmatamento no país

A redução do desmatamento é a maior contribuição que o Brasil pode dar para atenuar as alterações globais no clima. A avaliação foi feita ontem pelo representante do Instituto Socioambiental (ISA), o advogado André Lima, durante audiência pública, realizada na Comissão Mista Especial de Mudanças Climáticas, para discutir o Código Florestal (Lei 4.771/65). Também participaram do debate a procuradora da República Ariane Guebel de Alencar e o diretor do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), Nilo Sérgio de Melo Diniz.

A audiência foi realizada a pedido do deputado Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) para debater, conforme disse, a "mais importante lei ambiental do país", após

42 anos de sua publicação.

André Lima sugeriu a adoção de um programa denominado Desmatamento Zero, como forma de reduzir gradativamente o corte de árvores na Amazônia, especificamente. Ele relatou que Mato Grosso, Pará e Rondônia são responsáveis por 85% de todo o desmatamento verificado no país e frisou que a degradação vem atingindo as nascentes do rio Xingu, na bacia amazônica.

Atualmente, na avaliação de Ariane Alencar, a falta de aplicação da lei e dificuldades relacionadas à fiscalização são os principais problemas enfrentados pela sociedade na defesa do meio ambiente.

Já o diretor do Conama disse que não vale a pena o país crescer com o sacrifício da qualidade ambiental.

Aprovado pedido de auditoria sobre reservas extrativistas

A Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (CMA) aprovou ontem requerimento do senador César Borges (DEM-BA) solicitando ao Tribunal de Contas da União (TCU) a realização de auditoria no Ministério do Meio Ambiente e no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) com a finalidade de fiscalizar ações daqueles órgãos na criação e ampliação de reservas extrativistas na Bahia nos últimos quatro anos, em especial a de Casurubá, em Caravelas.

– O Ibama estaria usando a criação das reservas extrativistas de maneira

prejudicial ao desenvolvimento sustentável, às populações e ao turismo – afirmou César Borges.

O colegiado também aprovou requerimento do senador Sibá Machado (PT-AC) para que integrantes da comissão visitem as hidrelétricas do Jirau e de Santo Antônio, no rio Madeira (RO), a fim de ter uma visão melhor sobre o assunto que tem suscitado tanto interesse público.

A CMA aprovou ainda requerimento do senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) para ouvir a secretária-geral da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), Rosalía Arteaga.

Parlamento do Mercosul define regras de atuação e empossa novo presidente

No próximo dia 25, integrantes do novo órgão votarão proposta de regimento. Deputado uruguaio Roberto Conde substituirá senador paraguaio na presidência

A discussão do Regimento Interno e a posse do novo presidente deverão ser os principais temas da segunda sessão do Parlamento do Mercosul, que ocorrerá no próximo dia 25, em Montevidéu. O atual presidente, senador paraguaio Alfonso González Núñez, será substituído pelo deputado

Roberto Conde, atual vice-presidente pelo Uruguai, país que também ocupará a presidência rotativa do Mercosul no segundo semestre deste ano.

Núñez foi eleito para um mandato-tampão durante a primeira sessão do novo parlamento, ocorrida em 7 de maio, na sede do Congresso Nacional do Uruguai. Naquele momento, os representantes dos países que compõem o bloco decidiram que a presidência do Parlamento do Mercosul deveria acompanhar a presidência pro tempore do próprio Mercosul, com mandato de seis meses. Foi ainda criada uma comissão especial para elaborar um esboço de regimento. Na próxima sessão, o documento será apresenta-



Senador uruguaio Eduardo Rios (E) ao lado do deputado Dr. Rosinha em reunião na Câmara

do e, logo em seguida, colocado em debate e votação.

Caso o regimento seja aprovado, o segundo semestre deverá marcar o início efetivo dos debates parlamentares. Deverão ter prioridade os temas da chamada agenda política do novo parlamento, debatida por uma outra comissão especial estabelecida em maio. Assim como ocorre nas casas legislativas dos países integrantes do bloco, os trabalhos do Parlamento do Mercosul deverão se dividir entre o Plenário e as comissões. Serão também realizadas audiências públicas sobre temas ligados ao processo de integração continental, para que se permita maior participação de

representantes da sociedade civil nos debates, até hoje restritos a membros dos governos que fazem parte do bloco econômico.

Transparência

A participação democrática e a transparência deverão ser as principais características do Regimento Interno do Parlamento do

Mercosul, segundo o deputado Dr. Rosinha (PT-PR), relator da matéria e vice-presidente pelo Brasil da nova Casa legislativa. Ele participou ontem, na Câmara dos Deputados, de mais uma rodada de negociações sobre o tema, juntamente com o senador uruguaio Eduardo Rios, da Frente Ampla, e técnicos da Argentina, do Brasil, do Paraguai e do Uruguai.

As sessões plenárias ocorrerão uma vez por mês na capital uruguaia – ou em algum dos países membros do bloco, desde que seja aprovado requerimento com esse objetivo. As comissões temáticas, como adiantou o deputado, definirão em que dias, a cada mês, se reunirão.

Augusto Botelho quer investimento em energias alternativas

O senador Augusto Botelho (PT-RR) chamou ontem a atenção do governo e dos parlamentares para a necessidade de o Brasil investir em novas tecnologias para a produção de energias alternativas aos combustíveis fósseis.

– Nesse contexto, a Amazônia é um terreno fértil e pouco explorado que precisa ser objeto de pesquisas que abonem a sua implementação – sugeriu.

Augusto ressaltou a busca mundial por tecnologia limpa diante da ameaça do aquecimento global e afirmou que dois atores

se destacam nessa busca: os detentores de capital e os pesquisadores, esses últimos interessados em obter financiamento para pesquisas em tecnologias limpas.

– O Brasil, por meio do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica e outros órgãos de pesquisa e agências reguladoras, precisa ficar atento a esses movimentos – disse o senador, ao destacar a liderança do país na produção de biodiesel e etanol e o papel que esses combustíveis poderão desempenhar na redução da emissão de gás carbônico na atmosfera.



A Amazônia é um terreno fértil e pouco explorado, diz Augusto

Osmar defende projetos voltados ao setor de saúde

O senador Osmar Dias (PDT-PR) pediu ontem, em discurso no Plenário, apoio para a aprovação de duas proposições de sua autoria que visam ampliar a proteção à saúde dos brasileiros. Um dos projetos altera as regras para propaganda de medicamentos e outro aumenta os recursos destinados a estados e municípios para gastos no setor.

Com o PLS 328/06, Osmar Dias propõe inserir nas propagandas de medicamentos o seguinte texto: "Antes de consumir qualquer medicamento, consulte um médico". A matéria está em análise na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). Para o parlamentar, a frase "Se persistirem os sintomas, consulte seu médico", atualmente veiculada nas propagandas, induz o consumidor à automedicação.

Em seu pronunciamento, Osmar Dias comentou matéria publicada pelo Jornal de Brasília, com a manchete "Um hábito que sai caro", que revela a ocorrência de 20 mil mortes anuais em decorrência da automedicação, de acordo com a Associação Brasileira da Indústria Farmacêutica.

Recursos

A outra proposta do senador (PEC 50/05) destina aos fundos de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM) 10% do produto da arrecadação da Cide e da CPMF, que deverão ser aplicados exclusivamente em programas do setor de saúde. Segundo o parlamentar, a medida também serviria para carrear maiores recursos à saúde pública.



Projeto de Osmar Dias objetiva acabar com a automedicação

Substituição de alimentos tradicionais por comidas prontas, biscoitos e refrigerantes é apontada por participantes de audiência como uma das causas de mal que pode virar epidemia mundial

Limite à propaganda, a receita dos especialistas contra a obesidade

O aumento da obesidade, principalmente entre as crianças, é uma preocupação mundial que mobiliza médicos e especialistas de áreas ligadas à alimentação, à comunicação e aos direitos humanos. Essa constatação ficou clara na audiência pública que discutiu o avanço da obesidade no Brasil, realizada pela Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, que funciona no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

O médico e professor Carlos Monteiro, da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, disse que uma das principais causas da obesidade é a substituição da alimentação tradicional por outra que cada vez mais privilegia comidas prontas, biscoitos e refrigerantes.

— Essa substituição está nos levando a uma alimentação obesogênica, que, associada à pouca atividade física e ao sedentarismo, está transformando a obesidade numa epidemia — afirmou Carlos Monteiro.

Valéria Guimarães, coordenadora do Departamento de Doenças Metabólicas com Impacto Global, da Sociedade Internacional de Endocrinologia, destacou os impactos da propaganda financiada pela indústria de alimentos. Segundo ela, o investimento nesse tipo de publicidade é tão grande quanto os gastos na área de saúde para combater a própria obesidade.

— A indústria alimentar vai ter que rever suas práticas de marketing e incluir alimentos mais saudáveis entre



Senadores debatem com convidados formas de reduzir discriminação da sociedade contra obesos

seus produtos — observou.

A coordenadora de Política de Alimentação e Nutrição do Ministério da Saúde, Ana Beatriz Vasconcelos, destacou que a atuação do órgão visa à promoção da alimentação saudável. Entre as ações do ministério ela ressaltou a informação adequada no ambiente escolar e a regulação da rotulagem de produtos alimentares.

Críticas

Já Edgar Rebouças, pesquisador da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, criticou a falta de políticas públicas voltadas para a regulamentação publicitária dirigida a crianças e adolescentes na área alimentícia. No mesmo sentido, Ivônio Nunes, coordenador político da Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos, informou que a alimentação adequada, com acesso à quantidade e à qualidade, é um direito de todos os brasileiros.

Parlamentares apontam falta de legislação adequada

A senadora Kátia Abreu (DEM-TO), autora do requerimento para a realização da discussão sobre a obesidade no Brasil, quer montar um grupo de trabalho para discutir formas de combate à doença e dar objetividade aos resultados dos debates que estão sendo realizados no Senado. A parlamentar lembrou que há uma audiência pública marcada para o próximo dia 19, com o objetivo de dar continuidade à discussão do assunto, que poderá ser ainda tema de um terceiro encontro a ser agendado.

— Chegou a hora de enfrentar a responsabilidade de lidar com essa doença física e emocional dos brasileiros — frisou Kátia Abreu, que criticou a falta de legislação adequada e de regulamentação da publicidade para o setor de alimentos.

Para o presidente da Comissão de Assuntos Sociais, senador Papaléo Paes (PSDB-AP), a culpa pela apatia da legislação voltada para o setor é do Congresso Nacional, pois a indústria alimentícia, segundo ele, "tem o objetivo de vender seu produto".

— A obrigação de fazer uma legislação eficiente é nossa, e cabe aos órgãos de fiscalização combater aqueles que estiverem infringindo a lei — frisou.

Jayme Campos (DEM-MT) lembrou que é autor de um projeto (PLS 196/07) que obriga as indústrias de refrigerantes a informarem, no rótulo, o número de calorias das bebidas, bem como os males que podem causar.

Na opinião da senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN), que é médica pediatra, a mídia, que tem uma influência muito grande sobre as crianças,

O jornalista Jorge Moreno deu um depoimento com base na sua experiência como obeso. Ele destacou que, embora a obesidade seja uma doença, o gordo é sempre tratado com discriminação e até desrespeito.

— É preciso tratar da obesidade, mas também do obeso, principalmente na questão da cidadania e da dignidade — reclamou Jorge Moreno.

Em defesa dos 32 mil produtores de alimentos no Brasil, Carlos Roberto Faccina, vice-presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação, afirmou que a obesidade não é culpa apenas das empresas alimentícias. A responsabilidade, disse, também envolve o meio acadêmico e as escolas. Para ele, a indústria tem sua parcela de culpa e sabe que a sociedade, preocupada com alimentos mais saudáveis, vai se manter fiel aos fabricantes de alimentos com menor comprometimento à saúde.

deve ser mais educativa. A parlamentar criticou a falta de debates sobre as doenças psicossociais que atingem os portadores de obesidade.

De acordo com a deputada Nilmar Ruiz (DEM-TO), só quem é obeso sabe realmente como é a discriminação social contra as pessoas gordas. Ao explicar que essa atitude já faz parte da cultura da própria sociedade, a deputada defendeu mudanças na legislação com o objetivo de modificar esse comportamento.

— Se não tivermos aliados na propaganda e nos meios de comunicação, não conseguiremos fazer nada — desabafou.

Tramitam no Senado 11 projetos que tratam de "propaganda de alimentos e bebidas", sete deles pensados numa única proposta.

Papaléo elogia ações de combate ao alcoolismo

Papaléo Paes (PSDB-AP) afirmou ontem que o Congresso deverá apoiar o programa que o governo está preparando para combater o alcoolismo. Entre as medidas previstas estão restrições à publicidade de cerveja pela televisão e pelo rádio.

O parlamentar, que é médico, entende que o Estado e as empresas falharam no combate ao uso abusivo do álcool, especialmente entre jovens. Ele citou várias pesquisas, mas destacou uma, da Universidade Federal de São Paulo, a qual constatou que as propagandas de cerveja violam 12 das 16 regras do Código de Auto-Regulamentação.

Papaléo Paes citou ainda estudo que estima em R\$ 22 bilhões as perdas, por ano, com acidentes de carro envolvendo pessoas alcoolizadas.



Valadares apóia quebra de patente de remédio usado em casos de Aids

Para Valadares, SUS deve ter prioridade no Orçamento

Ao considerar uma decisão acertada o licenciamento compulsório, pelo governo federal, do anti-retroviral Efavirenz, utilizado no tratamento da Aids, Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) defendeu a priorização do Sistema Único de Saúde (SUS) no Orçamento da União. Ele pediu que os senadores pressionem o Executivo a aceitar dividir com estados e municípios os recursos arrecadados com a CPMF.

Valadares lembrou que essa é a primeira vez que o Brasil licencia um remédio protegido por patente e explicou que continuam sendo pagos royalties de 1,5% devidos à Merck.